

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo I – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PRINCÍPIOS	25
1.1 Aspectos Etimológicos	25
1.2 Princípios de Direito.....	26
1.3 Princípios do Direto Processual Civil.....	27
1.3.1 Princípios informativos.....	28
1.3.2 Princípios gerais ou fundamentais	30
Capítulo II – O PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA	31
2.1 Aspectos Gerais sobre a Congruência	31
2.2 Conceito de Congruência	32
2.2.1 O princípio da congruência como limite ao livre arbitrio jurisdicional	32
2.2.2 O princípio da congruência e sua referência à pretensão deduzida pelas partes	34
2.2.3 O princípio da congruência como limite à pretensão do autor em face da resistência do réu	37
2.2.4 O princípio da congruência e a oportunidade dos atos no processo	39
2.2.5 O princípio da congruência como identidade entre a sen- tença e a controvérsia.....	40
Capítulo III – OS FUNDAMENTOS DO PRINCÍPIO DA CON- GRUÊNCIA	45
3.1 O Princípio da Congruência como Derivação do Princípio Dis- positivo	45
3.2 O Princípio da Congruência como Derivação do Princípio do Contraditório	47
3.3 A Teoria que Fundamenta o Princípio da Congruência como Li- mite ao Poder do Juiz	49

3.4	O Princípio da Congruência como Direito de Natureza Subjetiva ..	50
3.5	O Princípio da Congruência Relacionado ao Conceito do Processo e da Sentença	51
Capítulo IV – O PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA E A LÓGICA JURÍDICA.....		
4.1	A Relação entre Lógica e Direito	55
4.2	Os Princípios da Lógica como Base da Congruência	57
4.2.1	O princípio da identidade como fundamento da congruência.....	57
4.2.2	O princípio da não contradição e sua aplicação no Direito Processual Civil	58
4.2.3	O princípio do terceiro excluído e sentença <i>extra petita</i>	59
4.3	A Inépcia da Petição Inicial e a Congruência.....	60
Capítulo V – O PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....		
5.1	O Princípio da Congruência e a Petição Inicial	63
5.1.1	Definição.....	63
5.1.2	Requisitos da petição inicial	64
5.2	O Princípio da Congruência e a Defesa do Réu.....	75
5.2.1	O réu comparece em juízo	75
5.2.2	O réu comparece e resiste à pretensão do autor	76
5.2.3	O réu não comparece: revelia e contumácia	80
5.2.4	O reconhecimento do pedido	82
5.3	O Princípio da Congruência e a Sentença.....	83
5.3.1	Conceito, natureza da sentença e o processo sincrético.....	83
5.3.2	Sentença definitiva – Requisitos e função	85
5.3.3	Classificação das sentenças.....	87
5.3.4	Efeitos da sentença.....	88
5.3.5	A coisa julgada.....	90
5.4	O Princípio da Congruência e os Recursos.....	92
5.4.1	Os princípios fundamentais dos recursos.....	93
5.5	O Princípio da Congruência e a Execução	97
5.5.1	Conceito de execução	98
5.5.2	Pressupostos da execução	99
5.5.3	O inadimplemento do executado.....	101
5.5.4	Títulos executivos	102

Capítulo VI – ESPÉCIES DE SENTENÇAS INCONGRUENTES.....	105
6.1 Incongruência por <i>Ultra Petita</i>	107
6.1.1 Julgamento a mais que a pretensão do autor.....	108
6.1.2 Julgamento a menos que o admitido pelo réu.....	108
6.1.3 A incongruência quando o juiz ultrapassa os limites do ofício.....	109
6.2 A Incongruência por <i>Citra Petita</i>	110
6.3 A Incongruência por <i>Extra Petita</i>	111
CONCLUSÕES.....	115
ANEXOS – O PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA NA JURISPRU- DÊNCIA.....	119
REFERÊNCIAS.....	133
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	137